

HABEAS CORPUS Nº 494.003 - SP (2019/0046309-8)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
IMPETRANTE : HELIO DA SILVA SANCHES
ADVOGADO : HÉLIO DA SILVA SANCHES - SP224750
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : CARLOS FELIPE FERREIRA

EMENTA

PENAL E PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*. ROUBO. REGIME FECHADO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL. FUNDAMENTAÇÃO GENÉRICA.

Ordem concedida liminarmente para fixar o regime semiaberto.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de **Carlos Felipe Ferreira**, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça de São Paulo.

Narram os autos que o paciente foi condenado à pena de 7 anos de reclusão e, 16 dias-multa, como incurso no art. 157, § 2º, I e II, do Código Penal (fls. 55/60 - Processo n. 1501257-41.2017.8.26.0567).

Tão somente a defesa recorreu, tendo o Tribunal de Justiça dado parcial provimento para reduzir à pena para 5 anos e 4 meses de reclusão, em regime fechado e, 13 dias-multa (fls. 103/114 - Apelação criminal n. 1501257-41.2017.8.26.0567).

Daí a presente impetração, em que se alega constrangimento ilegal quanto ao regime fechado para o início de cumprimento da pena.

Postula-se, então, a concessão liminar, *a fim de que se proceda a imposição do regime intermediário, para que o paciente inicie o cumprimento da pena imposta, nos termos do art. 33, § 2º, “b”, do CP, tendo-se em vista que a pena efetivamente aplicada se situa aquém do patamar legal, bem como por*

inexistir óbice legal para tal (como demonstrado através das ementas trazidas a colação) (fl. 8).

É o relatório.

Extrai-se do acórdão impugnado (fl. 113):

[...] O regime prisional é o fechado, em face da gravidade do crime. A ação é odiosa e merece, portanto, receber uma resposta enérgica do Judiciário. Ademais, “regime inicial fechado para o cumprimento da pena pela prática do crime de roubo qualificado é o adequado à reprimenda, ainda que se trate de réu primário” (STF, HC nº 74.301-3, DJU 6.12.96, pág. 48.711, Rel. Min. Maurício Corrêa).

Quanto à detração, mesmo considerando o tempo de prisão, incabível a alteração do regime inicial com base no art. 387, § 2º, do Código de Processo Penal, com a redação alterada pela Lei nº 12.736/2012; deve ser submetida ao Juízo das Execuções a análise dos requisitos subjetivos e objetivos para a obtenção de benefícios.

Por fim, tendo em vista a recente soltura do apelante, já em sede de sentença condenatória, permite-se-lhe que aguarde em liberdade o trânsito em julgado do recurso.

Isso posto, rejeitadas as preliminares, meu voto dá provimento parcial ao apelo da defesa para reduzir as penas de Carlos Felipe Ferreira a cinco anos e quatro meses de reclusão, em regime fechado, e 13 dias-multa

Tenho que razão socorre ao impetrante, isso porque, a despeito dos argumentos lançados para justificar a medida mais gravosa, eles não se sustentam, pois sedimentados em elementos genéricos, tais como gravidade abstrata do crime.

Assim, considerando o *quantum* final da reprimenda, 5 anos e 4 meses de reclusão, bem como a ausência de fundamento idôneo a fixar o regime fechado, forçoso reconhecer o semiaberto para o início de cumprimento da pena nos termos do art. 33, § 2º, *b*, do Código Penal.

Ante o exposto, **concedo liminarmente** a ordem para fixar o regime semiaberto.

Intime-se o Ministério Público estadual.

Publique-se.

Brasília, 18 de fevereiro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator

